



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA

XVIII Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e doze, no auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), em Belém/PA, realizou-se a XVIII Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-PA), com a participação de dezenove conselheiros, entre titulares e suplentes (quórum), a saber: Weyner Nascimento Pinto, conselheiro titular da Secretaria de Estado de Agricultura – **Sagri**; Thiago Marcelo Pacheco de Oliveira, conselheiro suplente da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura – **Sepaq**; Tereza Cristina Barbosa da Silva, conselheira suplente da Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – **Seidurb**; Haroldo Costa Bezerra, conselheiro titular da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – **CPH**; Andréa dos Santos Coelho, conselheira titular do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – **Idesp**; Fernanda Jorge Sequeira, conselheiro titular da Procuradoria Geral do Estado – **PGE**; David Franco Lopes, conselheiro titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – **Abes**; Iloé Listo de Azevedo, conselheiro suplente da Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia – **Apgam**; Solange Valadares Dias, conselheira titular do Consórcio de Desenvolvimento Social Econômico Intermunicipal – **Codesei**; Lucy Anne Cardoso Lobão Gutierrez, conselheira titular da Universidade Estadual do Pará – **UEPA**; Alberto Carlos de Melo Lima, conselheiro suplente da Universidade da Amazônia – **Unama**; Vera Nobre Braz, conselheira suplente do Centro Universitário do Estado do Pará – **Cesupa**; Shirley Coelho da Silva, conselheira titular do **Grupo de Ações Ecológica Novos Curupiras**; Valdir Vasconcelos Moreira, conselheiro titular da Associação Cultural Artística e Ambiental Guardiões do Curupeté – **Guarcuru**; Manuel Francisco Sousa, conselheiro suplente da Cooperativa de Pescadores Artesanais e Armadores de Pesca – **Cepapa**; Poliana Bentes de Almeida, representante do Instituto Brasileiro de Mineração – **Ibram**; Antônio Carlos Crisostomo Fernandes, conselheiro titular e Fernando Souza Lima da Silva, conselheiro suplente da Companhia de Saneamento do Pará – **Cosanpa**; e Carmen Silva de Oliveira Silva, conselheira titular da Prefeitura de Faro – **Amucan**. Justificaram ausência: Alberto Cardoso Arruda, conselheiro titular da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – **Secti** e Luiz Augusto Moura, conselheiro titular da Federação das Indústrias do Estado do Pará – **Fiepa**. Os trabalhos foram abertos às 09h00, pela **Secretária Executiva do CERH**, Diretora de Recursos Hídricos em exercício, **Luciene Mota de Leão Chaves**, que em seu pronunciamento inicial, justificou a ausência do **Presidente do Conselho**, Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Meio Ambiente, **José Alberto da Silva Colares**, por motivos administrativos. Sem nenhuma objeção, a ata da XVII reunião ordinária, ocorrida no dia vinte e nove de junho de 2012, foi aprovada. Na sequência das matérias da pauta, o Plenário aprovou a composição das Câmaras Técnicas: **CTIL** (de Assuntos Legais e Institucionais), integrada por: Vicente de Paula Noronha (Faculdade Integrada Brasil Amazônia - Fibra), Vera Nobre Braz (Cesupa), Alan Rodrigues de Amorim (Novos Curupiras), Eliane de Castro Coutinho (UEPA), Heraldo José Meirelles (Guarcuru), Cesar Augusto Vasconcelos Pires (Ibram), Luiz Moura (Fiepa), Tereza Cristina da Silva (Seidurb), Fernanda Jorge Sequeira (PGE); **CTCEAR** (de Capacitação e Educação Ambiental dos Recursos Hídricos), integrada por: Walber de Abreu (Instituto Federal do Pará – IFPA), Quezia Leandro Moura (Cesupa), Solange Valadares Dias (Codesei), Shirley Coelho da Silva (Novos Curupiras), Hebe Morgane Campos Ribeiro



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

(UEPA), Agnaldo Pereira da Souza (Curuparé), Tereza Cristina Barbosa da Silva (Seidurb) e Maria do Socorro Lopes (Abes); e **CTPERH** (do Plano Estadual de Recursos Hídricos), integrada por: Solange Valadares Dias (Codesei), Iloé Listo de Azevedo (Apgam), Valdinei Mendes da Silva (Novos Curupiras), Sérgio Augusto Carvalho Oliveira (Ibram), Luiz Moura (Fiepa), Fernanda Jorge Sequeira (PGE), Tereza Cristina Barbosa da Silva (Seidurb), Humberto Daniel da Silva (Novos Curupiras), Lucy Anne Cardoso Lobão Gutierrez (UEPA), Quezede de Sousa Dias (Curuparé), Alberto Carlos de Melo Lima (Unama), David Franco Lopes (Abes), Andrea Coelho (Idesp). Vale ressaltar que, durante a execução do subitem da pauta: “Aprovação da composição final das Câmaras Técnicas”, os conselheiros **David Lopes (Abes)** e **Andrea Coelho (Idesp)** manifestaram o interesse em apresentar novas indicações para a **CTPERH**, que posteriormente receberam autorização do Plenário. A solicitação, para a mesma finalidade, do conselheiro **Iloé Azevedo (Apgam)** não foi atendida, pois o mesmo requereu sua inclusão na **CTIL** após a aprovação da estrutura da mesma, porém a técnica da **Direh, Aline Meiguins**, esclareceu ao Plenário que no momento de instalação das CTs, o conselheiro poderá encaminhar ao presidente eleito uma solicitação para participar da Câmara Técnica de interesse. No segundo item da pauta, a **Secretária Executiva** realizou a leitura da lista de indicados às vagas não preenchidas no processo de habilitação do CERH. Para compor o segmento das populações tradicionais, entidades e instituições representativas das regiões hidrográficas (sociedade civil), ela citou: Marcelo Aiub de Mello, do **Instituto Vivá Amazônia**; Raimundo Magno Cardoso Nascimento, do Projeto Sociocultural Filhos do Quilombo – **Aquibac**; Luís Carlos Araújo de Farias, da Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Chocoaré-Mato Grosso - **Aurem/C-MG**; Yuri Pinheiro Moreira, da **ABCidadania**; Paulo Pinheiro de Souza, da Associação Comunitária dos Moradores do Lago do Aimim - **ASCMAL**. Para o segmento de transporte hidroviário e navegação (usuário de recursos hídricos), a **Secretária Executiva** citou: Sônia Nazaré Guedes de Souza, da Associação dos Pequenos Armadores e Transportadores de Passageiros e Cargas do Estado do Pará - **Sindarmazon**; e Alberto Rogério da Silva, do Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará – **Simineral**. Para o segmento agropecuário (usuário de recursos hídricos) - Armando Soares, da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará - **Faepa**; Rui Tavares Pimenta, do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar Oriximiná/Pa – **Sinttraf**; e Gelderson dos Anjos Pinheiro, da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - **Abeta/PA**. Na sequência, a **Secretária Executiva** informou que ao receber as indicações das instituições para ocuparem as vagas ociosas do Conselho, a **Secretaria Executiva** solicitou aos devidos fins, documentos de comprovação da atuação na área de recursos hídricos. Ao analisar os documentos recebidos, a **Secretaria Executiva** elaborou um parecer, submetendo ao Plenário a decisão final sobre a análise. Autorizada pelo Plenário a **Secretária Executiva** realizou a leitura do referido parecer, que de modo geral declarou sobre a insuficiência dos documentos apresentados em atestar a atuação das instituições no âmbito dos Recursos Hídricos, salvo em alguns casos. Na oportunidade, o conselheiro **David Lopes (Abes)**, propôs ao Plenário que a vaga do Governo Federal seja ocupada pela **Companhia de Recursos Minerais (CPRM)**, com a defesa de que a instituição opera na quantificação das redes superficiais e também faz o levantamento de todos os poços do Estado, por esta razão já existem muitos dados catalogados sobre a quantificação dos rios medidos e os poços estudados. Por ter estes dados em mãos e a experiência tanto na medição quanto na gestão, o conselheiro disse ser importante a participação da **CPRM** na elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Na ocasião o



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

conselheiro **Alan Amorim (Novos Curupiras)** lembrou em seu comentário sobre os trâmites burocráticos, pois se a proposta for aceita no decorrer da reunião, doravante abrirá precedentes para outras instituições habilitarem-se no CERH-PA. A conselheira **Vera Braz (Cesupa)** sugeriu então que a **Secretaria Executiva** publique um novo edital somente para a habilitação de órgãos da União. Em contra partida, a **Secretária Executiva**, informou que das duas vagas destinadas ao Governo Federal, uma já é da **CPRM**, por decisão do Plenário durante a XVI reunião ordinária do Conselho. Neste caso, explicou a **Secretária Executiva**, mesmo que não houvesse nenhuma indicação à vaga, não necessitaria da abertura de edital, visto que o Governo Federal participa do Conselho como convidado, sem direito a voto, conforme institui o Decreto nº 276. Na oportunidade, o conselheiro **David Lopes (Abes)** questionou o representante da ONG **Novos Curupiras**, sobre a possibilidade de indicar o **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)** ou outra instituição federal para preencher a vaga. Em resposta, o conselheiro **Alan Amorim (Novos Curupiras)** sugeriu que a decisão parta de uma reflexão coletiva para a escolha adequada da segunda representação federal no Conselho e retomou as discussões sobre a composição das vagas ociosas do CERH. O conselheiro **Iloé Azevedo (Apgam)** apresentou a defesa de permanência do **Instituto Vivá Amazônia** como representante dos interesses das populações tradicionais, entidades e instituições representativas das regiões hidrográficas, visto que o texto do Decreto nº 276 permite a dúbia interpretação. E explicou que a análise da **Secretaria Executiva** expressa no parecer é acertada, quando desqualifica o Instituto como populações tradicionais, no entanto o mesmo se enquadra ao segmento como instituição representativa das regiões hidrográficas, visto que desenvolve junto ao Ministério de Meio Ambiente um projeto de recuperação da Bacia Hidrográfica Rio Peixe Boi. A **Secretária Executiva** solicitou ao Plenário a obediência à ordem das matérias de discussão e redirecionou os debates para a deliberação sobre a vaga do Governo Federal, em seguida informou que a **Secretaria Executiva** encaminhará um ofício solicitando à **CPRM** a indicação de um representante para a vaga. Por decisão da maioria (doze votos) o Plenário deliberará em outra reunião sobre a segunda vaga para esta categoria. Em consideração à defesa do conselheiro **Iloé Azevedo (Apgam)**, a **Secretária Executiva** informou que segundo o parecer apresentado, o **Instituto Vivá Amazônia** se enquadraria no segmento das Organizações não governamentais e organizações de trabalhadores, que atualmente está ocupado por outras instituições habilitadas. Em manifestação o conselheiro **Alan Amorim (Novos Curupiras)** defendeu a postura tomada pela **Secretaria Executiva** expressa no parecer, ao afirmar que seria fundamental a participação do Instituto já que possui experiência de gestão na Bacia Hidrográfica Rio Peixe Boi, porém durante o processo de habilitação o Instituto teve sua inscrição indeferida por não comprovar a atuação na área de Recursos Hídricos. Assim o conselheiro sugeriu que as vagas do segmento ao qual participa no Conselho sejam fragmentadas para possibilitar a participação da **Vivá Amazônia**, assim o CERH será composto por duas comunidades tradicionais e duas entidades/instituições representativas das regiões hidrográficas. No ensejo, o conselheiro defendeu a **Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Chocoaré - Mato Grosso (Aurem/C-MT)**, quanto aos aspectos expressos no parecer, apresentando a seguinte justificativa: a RESEX, localizada em Santarém Novo e São João de Pirabas, está autorizada pelo ICMBio, por meio de Decreto da Presidência da República para institui uma Unidade de Conservação no estilo RESEX, fundamentalmente por ser uma comunidade tradicional extrativista, legitimada pela sua própria finalidade. Por esta razão, a direção da Associação encaminhou um ofício para informar à **Secretaria Executiva** sobre as atividades exercidas na área dos Recursos



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Hídricos. Porém, um dos maiores problemas das ONGs e dos segmentos de comunidades tradicionais é registrar suas ações, devido à falta de suporte técnico necessário para esta finalidade. Desta forma, o conselheiro solicitou ao Plenário que considere as atribuições e finalidade da **Aurem** ao julgar a viabilidade da Associação ocupar uma vaga no CERH-PA. Em meio às discussões, o conselheiro **Iloé Azevedo (Apgam)** justificou a habilitação da **Vivá Amazônia**, outrora ao segmento das Organizações não governamental e organizações de trabalhadores, devido à sua criação e reconhecimento pelo Ministério da Justiça como uma auxiliadora da gestão de Bacias Hidrográficas e criação de Comitês de Bacias, porém no período de vigência do Edital de Habilitação do CERH-PA, o Instituto ainda não possuía o contrato com o MJ, fato que dificultou a comprovação da atuação na área de Recursos Hídricos, por ser uma ONG nova. Todavia, ela também se classifica como uma entidade representativa das regiões hidrográficas. Pelos citados motivos, o representante da **Apgam** apoiou a proposta do conselheiro **Alan Amorim (Novos Curupiras)** de separar as vagas do segmento em evidência. Na conjuntura, o conselheiro **Valdir Moreira (Guarcuru)** solicitou ao conselheiro **Iloé Azevedo (Apgam)** o esclarecimento ao Plenário sobre a questão do representante da **Vivá Amazônia**, **Sr. Marcelo Aiub de Mello**, supostamente estar envolvido em um processo fraudulento na **Sema**. Diante da suposição do representante da ONG **Guarcuru**, o conselheiro **Iloé Azevedo (Apgam)** disse não saber de informações oficiais sobre o assunto. Oportunamente a técnica **Aline Meiguins (Direh)** esclareceu ao Plenário sobre alguns aspectos do Conselho, fazendo a recapitulação dos processos de reestruturação do CERH-PA. Primeiramente ela explicou sobre a reunião de homologação do Decreto nº 276/2011, que regulamentou o Conselho após dois anos de discussões interna com entraves adversos à reformulação. O Decreto nº 276 foi aprovado, com a corriqueira dificuldade da participação social, fatores que dificultaram o preenchimento das vagas destinadas ao setor e principalmente na categoria de usuários de recursos hídricos. No tocante à redação do inciso V do Decreto nº 276, a técnica explicou que o texto apresenta problemas gramaticais e, por tanto, o entendimento está comprometido, porém os conselheiros que estavam presentes na reunião deliberativa do Decreto sabem que os debates e solicitações voltaram-se para a categoria em discussão, pois na composição anterior do Conselho ela não foi contemplada. Inclusive uma das propostas considerava criar vagas para cada uma das regiões hidrográficas do Estado, no entanto não foi possível, pois o Conselho ficaria muito extenso, fato que dificultaria as deliberações do Plenário. Após citar parte do inciso V do Decreto nº 276: “Entidade e instituições representativas das regiões hidrográficas”, a técnica da **Direh** explicou que o termo automaticamente contempla qualquer uma das instituições atuantes nestas regiões, seja do setor público, usuários de recursos hídricos ou sociedade civil, portanto o texto apresenta visivelmente problemas gramaticais. Em contrapartida, ela reforçou que quem estava na reunião do Conselho aprovou as deliberações, conforme comprova a ata da reunião e reiterou objetivamente que as vagas de composição do CERH-PA descritas no Decreto nº 276 não foram definidas pela **Secretaria Executiva** e sim pelo Plenário, que aprovou uma entre as três propostas apresentadas, observada a equivalência de proporcionalidade das vagas entre o setor público, usuários de recursos hídricos e sociedade civil. A técnica **Aline Meiguins** também comentou sobre a atípica condução do Plenário ao preenchimento das vagas, de forma não justificada pelas vias regimentares. Teoricamente deveria funcionar do jeito que está, mesmo com as vagas ociosas, disse ela, porém o Conselho é deliberativo e tem o poder de fazer proposições. Para evitar situações irregulares **Aline Meiguins** sugeriu aos conselheiros que ponderem a formação de um pequeno grupo ou delibere à **CTIL**, a definição de um



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

procedimento para o caso excepcional das vagas não preenchidas no Conselho pelo processo tradicional de habilitação. Como já existem instituições apresentadas às vagas, porém com problemas de adequação, ela sugeriu que a situação seja solucionada com o estabelecimento de um prazo para complementar ou ajustar os fatores necessários para a habilitação das mesmas. Com o término do prazo, as instituições poderão proceder com base em um regimento complementar com regras e critérios definidos para a validação do Conselho. O Conselho deve trabalhar o mais completo possível, possibilitando assim a ampla participação das instituições habilitadas de forma mais efetiva, justificou a técnica **Aline Meiguins**. Ao finalizar o discurso ela explicou que a **Secretaria Executiva** tem o papel de apresentar propostas de resoluções, mas quem trabalha, discute e aprova sobre elas é o Conselho, portanto, erros e acertos são partilhados tanto pela **Secretaria Executiva** quanto pelo Plenário, tudo o que existe hoje sobre a gestão dos Recursos Hídricos do Estado passou pelas deliberações do Conselho, as matérias regimentares e até as Instruções Normativas, que por regra deveriam ser expedidas diretamente da Diretoria de Recursos Hídricos para o Gabinete, mas de praxe são passadas pelo menos para a Câmara Técnica competente ter ciência e no caso de alguma objeção, a matéria é levada ao Plenário. Os conselheiros, em função dos segmentos que representam, poderão também contribuir ao apresentar as ações das comunidades da sociedade civil ou representações de bacias hidrográficas que devam ser discutidas no âmbito Conselho, para a posterior normatização através de Resoluções. O processo só vai funcionar se houver integração e empenho por parte dos conselheiros para participar e representar as categorias nas quais fazem parte, concluiu **Aline Meiguins**. Sobre as citadas contribuições, a **Secretaria Executiva** questionou o Plenário se concorda com as ideias da técnica. Com doze votos a favor, decidiram encaminhar à **CTIL** a incumbência de normatizar os procedimentos de preenchimento das vagas ociosas do Conselho. Com vista na saída da técnica **Aline Meiguins** da organização da **Secretaria Executiva**, a conselheira **Vera Braz (Cesupa)** sugeriu que a mesma participe como membro-convidada das reuniões da **CTIL**, por possui alto nível de conhecimento sobre os processos de funcionamento do Conselho. Diante da sugestão, o Plenário decidiu que somente no âmbito da Câmara Técnica a questão poderá ser discutida. Ao explicar sobre o item dos informes gerais da pauta, a **Secretaria Executiva**, formalizou junto ao Plenário a efetivação do conselheiro **David Lopes (Abes)** ao cargo de coordenador do Grupo de Trabalho sobre Vazões, antes coordenado pela **Aline Meiguins**, e explicou que todo o processo foi realizado por meio de comunicados oficiais entre a **Secretaria Executiva**, **Abes** e o conselheiro **David Lopes**, que por sua vez aceitou coordenar o grupo durante a XVII reunião ordinária do Conselho. Por fim, ela informou que as eleições dos presidentes de cada Câmara Técnica ocorrerão na primeira reunião, os quais permanecerão no cargo pelo mandato de um ano, permitida a sua reeleição. Nada mais havendo a tratar, lavra-se esta ata assinada pela **Secretaria Executiva** do CERH-PA.

Luciene Mota de Leão Chaves
Diretoria de Recursos Hídricos
Secretaria Executiva do CERH-PA